

Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de Ciência Política e Administração Pública

Curso de Licenciatura em Administração Pública

Tema:

Abstenção Eleitoral em Nampula:
O caso do distrito de Namapa (1999-2004).

Supervisor: Prof. Dr. Domingos do Rosário

Supervisanda: Marta Ganje

Maputo, 20 de Julho de 2010

Declaração de honra

Declaro que este trabalho nunca foi apresentado, na íntegra nem parcialmente, para a obtenção de qualquer grau académico e que ele constitui o resultado da minha investigação, estando indicada no texto a bibliografia utilizada.

A licencianda

Agradecimentos

Os agradecimentos são dirigidos aos meus pais, irmãos, sobrinhos, namorado, amigos e a todos que directa ou indirectamente contribuíram para a minha formação e elaboração deste trabalho. Em especial ao professor Domingos do Rosário, que, para além de ter despertado em mim o interesse pelos assuntos políticos, assumiu e acreditou no meu trabalho, orientando-me com muita competência e paciência, acima de tudo.

Resumo

O processo de democratização, no qual o país se encontra, é entendido como uma dinâmica de abertura à participação dos cidadãos e competição para o acesso ao poder político. Em sua forma representativa, a democracia supõe a extensão máxima do sufrágio e funda-se na expectativa da participação ampla e consciente dos eleitores na escolha dos seus dirigentes. Conforme, a participação do maior número possível de cidadãos no processo de tomada de decisões, que afecta a colectividade é o pressuposto fundamental do arranjo político democrático.

Porém, em Moçambique verifica-se o seguinte: à medida que desenrola o processo de democratização, a participação dos cidadãos nos processos eleitorais vai baixando. Desta forma, o caminho para a consolidação, vista esta, como ampliação da participação política dos cidadão deixa muito a desejar, pois os processos eleitorais no país são caracterizados por uma abstenção que cresce de forma significativa a cada eleição.

Assim, a presente pesquisa pretende-se mostrar como as condições económicas da população do distrito de Namapa e o desempenho do governo no processo de democratização podem influenciar o crescimento da abstenção eleitoral. Para o efeito, a pesquisa baseou-se nos modelos económicos e institucionalista.

O trabalho é um estudo de caso e os meios utilizados foram a pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas semi-estruturadas. A delimitação da amostra foi feita por acessibilidade e a escolha dos entrevistados foi realizada de forma aleatória.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema: Abstenção Eleitoral em Nampula: o caso do Distrito de Namapa (1999-2004). O mesmo foi realizado em cumprimento de um requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Administração Pública na Universidade Eduardo Mondlane.

Um dos pilares fundamentais da legitimidade das democracias neo-liberais assenta nos processos de representação e delegação de poderes, através de eleições para órgãos de poder político. Assim, as eleições constituem o elemento central no processo democrático e na escolha que os cidadãos têm em termos de governação. Elas dão ao povo, a oportunidade de participar na tomada de decisões e de influenciar as políticas públicas¹.

Por isso vários cientistas têm dado muita atenção ao problema da participação e da abstenção eleitoral. De facto, se o voto é um dos pilares da legitimidade política dos governantes, a abstenção eleitoral não pode deixar de ser vista como uma ameaça a essa legitimidade. Assim, a abstenção eleitoral constitui um indicador de descrença dos cidadãos em relação ao sistema político e, neste sentido, constitui um sintoma de crise do processo democrático².

O decréscimo nos índices de participação eleitoral tornou-se um fenómeno global. Com efeito, em quase todo o mundo, um elevado número de potenciais eleitores, não têm participado no acto eleitoral (uma menor participação aqui, quer dizer maior abstenção)³.

¹ L. VIEGAS & S. FARIA, “A Abstenção nas Eleições Legislativas de 2002”, in conferência Internacional Portugal à Votos I, *Eleições Legislativas de 2002*, 2003: p. 1-22, [www.ics. ul. pt/ ceapp/.../ abstencoeleitoralde2002](http://www.ics.ul.pt/ceapp/.../abstencoeleitoralde2002) (consultado a 3 de Novembro de 2009).

² L. BRITO, “Comportamento Eleitoral nas Primeiras Eleições Multipartidárias em Moçambique”: p. 473-496, In B. MAZULA (dir.), *Eleições, Democracia e Desenvolvimento*, Maputo, 1ª edição, Brazão Mazula, 1995.

³ L. BORBA, “As Bases Sociais e Atitudinais da Alienação Eleitoral no Brasil”, *Revista Debates*, Porto Alegre, nº 2, 2008: 134-157, [www. sur. ufrgs. br/ index. php/ debates/ article/view/6989/4559](http://www.sur.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/6989/4559) (consultado a 3 de Novembro de 2009).

Este fenómeno é visível mesmo nas grandes democracias como os Estados Unidos da América e França. Para este elevado índice de abstenção são indicados como factores: a crise da representação política, o enfraquecimento do sistema político, da representação dos interesses e da cidadania⁴.

Em África, grande parte dos países estão no processo de democratização⁵. Saíram de uma longa tradição autoritária que vem da época colonial e se prolongou depois da independência com regimes de partido único. A participação dos cidadãos no processo de tomada de decisões constitui um dos grandes desafios do processo. As experiências do multipartidarismo posterior a 1990 tiveram as mesmas características no que diz respeito à participação nas eleições. Foram caracterizadas por uma entusiástica adesão nas primeiras eleições multipartidárias, e a seguir, casos de massiva abstenção eleitoral tornaram-se aparentes⁶.

Na região da África Austral, as eleições pluralistas são uma experiência recente. Mas depois de alguns processos eleitorais, duas tendências contraditórias se podem observar, no que respeita à participação eleitoral. De um lado, está a África do sul, Botswana, Tanzânia e Zâmbia que apresentam uma taxa de participação em valores situados entre os 70% e os 80% sem muita variação no nível de participação entre eleições⁷.

Ao contrário, há três países como Malawi, Namíbia e Moçambique onde a participação não para de decrescer a cada eleição. Porém, a tendência não é a mesma para todos neste último grupo. No caso da Namíbia, depois de ter descido de 76% para 63%, subiu drasticamente para 85%; no caso do Malawi houve primeiro um crescimento de 80% para 92% e logo a seguir uma queda brusca para 60%; e finalmente, no caso de Moçambique houve uma degradação contínua e intensa da participação, que

⁴ A. TOURAINE, *O Que é Democracia*, Lisboa, Instituto Piaget, 1994: p. 80-83.

⁵ Sobre o processo de democratização veja T. COROTHERS, *The End of Transition Paradigm*. Journal of Democracy.

⁶ L. SOIR, “Estudos Eleitorais em África”: p.47-49, *In Conferência Internacional sobre Eleições Autárquicas em Moçambique*, 1998, *Relatório Final*, Maputo: Obede Baloi & José Jaime Macuane, 2000.

⁷ L. BRITO, “A Democracia à Prova das Urnas: Elementos para um Programa de pesquisa sobre Abstenção Eleitoral em Moçambique”, *In Conferência Inaugural da IESE*, nº 3, 2007, Centro de Conferências das TDM, *Desafios para a Investigação Social e Económica em Moçambique*, Maputo: 2007: p. 1-15.

passou de 88% nas eleições de 1994, para 68% nas eleições de 1999 e desceu ainda mais em 2004, para 36%⁸.

Portanto, como se vê, o nosso país não é excepção. A participação política está a falhar na sua parte fundamental, que é o voto, pois a abstenção cresce de forma intensa e linear. Esta tendência da abstenção verifica-se também ao nível das províncias e dos distritos. Portanto, os maiores níveis de abstenção eleitoral registam-se nas províncias do norte, com maior incidência em Nampula e Zambézia. Estas províncias registaram, nas eleições de 2004, um nível de abstenção fora da média nacional (72.6% e 72.2%, respectivamente)⁹. Este facto pode ser explicado, por um lado, por constituírem os maiores círculos eleitorais do país e, por outro, por serem duas das províncias que nas primeiras eleições tiveram maiores expressões de voto para o maior partido da oposição do país (RENAMO)¹⁰.

Importante realçar que as eleições no país se realizam num contexto de elevados níveis de pobreza e desemprego. A pobreza é mais elevada nas zonas rurais (71%), onde vive 81% da população do que nas zonas urbanas (62%)¹¹. Por isso, os níveis de abstenção podem ser uma indicação forte do fosso existente entre o sistema político e o que esse mesmo sistema tenta oferecer ao eleitorado¹².

Com base no problema da abstenção eleitoral que se verifica no país, o trabalho pretende compreender os seus factores no distrito de Namapa, na província de Nampula. Este distrito atingiu em 2004, o maior nível de abstenção do país tendo registado os 84.2%¹³.

⁸ Idem.

⁹ AfriMAP & Open Society Initiative for Southern African, *Democracia e Participação Política*, Open Society Institute Network, 2009: p. 99.

¹⁰ L. BRITO, “Comportamento Eleitoral nas Primeiras Eleições Multipartidárias em Moçambique...” op. cit.

¹¹ J. PEREIRA, “Antes o ‘Diabo’ Conhecido, do que um ‘Anjo’ Desconhecido: as Limitações do Voto Económico na Reelection do Partido Frelimo”, *Análise Social*, vol. XLIII (2^o). 2008. Porém, nos últimos dados parecem indicar o contrário, que a pobreza é agora maior nas zonas urbanas do que nas rurais (notas da autora).

¹² G. TOTEMEYER, “Sistema Eleitoral Namibiano para as Eleições Locais, Regionais e da Assembleia Nacional, com Referência Especial à Baixa Participação do Eleitorado Durante as Eleições Locais de 1998: 62-73, *In Conferência Internacional sobre Eleições Autárquicas em Moçambique, 1998, Relatório Final*, Maputo: Obede Baloi & José Macuane, 2002.

¹³ Dado calculado pela autora do trabalho através dos resultados divulgados pelo STAE (Secretariado Técnico de Administração Eleitoral).

Para a prossecução deste objectivo, o trabalho foi estruturado em quatro partes: a introdução, onde apresentamos o problema de pesquisa, os objectivos do estudo, as hipóteses, o enquadramento teórico-conceptual, onde integra o quadro teórico utilizado na realização da pesquisa, bem como a componente conceptual, a metodologia bem como as limitações da pesquisa; a segunda parte contempla a caracterização do distrito de Namapa e os resultados da pesquisa de campo; na terceira parte são realizadas as conclusões e na quarta parte é apresentada a referência bibliográfica.

1.1 Contexto e problema

Moçambique tornou-se independente em 1975, depois de 10 anos de luta anti-colonial conduzida pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), actualmente partido no poder¹⁴.

Após a independência, o país viu-se mergulhado em grandes dificuldades. Os frequentes desastres naturais, o fracasso das políticas económicas, a guerra civil que opôs o governo da FRELIMO à guerrilha da RENAMO e, conseqüentemente, os seus gastos e perdas, a seca e a conseqüente miséria e fome que assolava os moçambicanos, desafiaram as capacidades do Estado¹⁵.

Em 1990, o país adoptou uma nova constituição, que assumia as regras do regime democrático, de feições liberais e multipartidário¹⁶. A mesma consagrou as liberdades democráticas fundamentais, onde o direito de votar e ser eleito passou a ser a verdadeira forma de exercício da cidadania activa e de expressão da democracia¹⁷.

De acordo com Robinson, citado por M. Mosse, no modelo neoliberal de democracia, o sistema de representação é um primeiro veículo de participação política. Ainda, lembrando A. Giddens:

¹⁴ A. FRANCISCO, *Desenvolvimento Comunitário em Moçambique: Contribuição para a sua Compreensão Crítica*, Maputo, Africa-América Institute, 2007: p.47.

¹⁵ Idem: p. 47-49.

¹⁶ Idem: p. 50.

¹⁷ B. MAZULA, *Voto e Urna de Costas Voltadas: Abstenção nas Eleições de 2004*, Maputo, Livraria Universitária, 2006: p. 11

“A democracia neo-liberal é essencialmente um sistema de representação, uma forma de governo caracterizada por eleições regulares, sufrágio universal, liberdade de consciência e o direito universal de representação ou de criar associações políticas”¹⁸.

Institucionalizado o sistema multipartidário, o país realizou o primeiro processo de eleições gerais, em 1994, logo após o Acordo Geral de Roma, em 1992.

Nas primeiras eleições gerais grande parte dos eleitores aderiu às urnas e a abstenção foi consideravelmente baixa, tendo-se registado ao nível dos 12%¹⁹. Porém após este, outros processos eleitorais tiveram lugar em Moçambique e todos eles foram marcados por elevados níveis de abstenção. Em 1999 realizaram-se as segundas eleições gerais e registaram uma abstenção de 34%. As terceiras eleições gerais que tiveram lugar em 2004 deram lugar a uma abstenção de 64%²⁰.

A abstenção no país tem um crescimento contínuo e intenso e, esta tendência, verifica-se também ao nível das províncias e distritos²¹. O distrito de Namapa na província de Nampula, apresenta dados dramáticos de abstenção eleitoral.

Em 1994, a abstenção eleitoral foi relativamente baixa registando-se nos 13.2%. Mas nas eleições subsequentes ela começou a atingir níveis elevados, registando-se nos 56% em 1999 e nos 84.2% em 2004, tendo sido esta a maior taxa ao nível do país.

Na tentativa de melhor ilustrar o problema que se aborda nesse trabalho, apresenta-se abaixo o quadro relativo à evolução da abstenção eleitoral no distrito de Namapa no período de 1994 à 2004.

¹⁸ M. MOSSE, *A Participação da Sociedade Civil na Formulação de Políticas Públicas: O Grupo Moçambicano da Dívida e o PARPA*, dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de licenciatura em Administração Pública pela Universidade Eduardo Mondlane, UFCS: p. 14.

¹⁹ L. BRITO, et al, *Formação do Voto e Comportamento Eleitoral dos Moçambicanos em 2004*, Maputo, EISA, Série de textos e documentos, nº1, 2006: p.2.

²⁰ B. MAZULA, “Voto e Urna de Costas Voltadas...”, op.cit: p. 92

²¹ Ver anexo.

Tabela 1: evolução da abstenção eleitoral no distrito de Namapa

Ano	1994	1999	2004
Abstenção	13.2%	56%	84.2%

Dados calculados pela autora através dos resultados divulgados pelo STAE.

O que se pode verificar é que, à medida que se desenrola o processo de democratização em Moçambique, os níveis de participação eleitoral dos cidadãos vão baixando. Consequentemente, a consolidação da democracia no país deixa muitas dúvidas. Pois, de acordo com C. Jaffrelot a consolidação democrática seria a fase de ampliação da participação política dos cidadãos²². Nessa óptica, o país está perante um paradoxo dado que o desenrolar do processo de democratização se caracteriza pela redução dos cidadãos nos processos eleitorais.

De acordo com A. Lalá & A. Ostheimer estudos²³ mostram que grande parte das populações nos países em desenvolvimento associa a democratização à esperança de melhorias das suas condições de vida²⁴. Quando estas condições não melhoram à despeito das promessas feitas nas eleições passadas, há maior tendência dos cidadãos de se abster, pois grande número não sente que o voto tenha alguma

²² C. JAFFRELOT, *Démocraties d'Ailleurs: Démocraties et Démocratisations Hors d'Occident*, Paris, Édition Kartala, 2000: p. 47-56.

²³ As autoras se referem aos estudos de O Jalio/B Fungulane/MJ Brito dos Santos, *Democracia não se come*. Estudo sócio-antropológico sobre democratização e desenvolvimento no contexto moçambicano, Fundação Konrad-Adenauer/UCM, Maputo, 2002 (documento não publicado): p. 2.

²⁴ A. LALÁ & A. OSTHEIMER, *Como Limpar as Nódoas do processo Democrático? Os Desafios da Transição e Democratização em Moçambique (1990-2003)*, Maputo, KAS, 2003: p. 1.

utilidade²⁵. Todavia, o facto de os cidadãos não participarem nos escrutínios eleitorais, pode significar um sinal de disfuncionamento do sistema político²⁶.

Segundo L. Brito, em Moçambique, esta tendência da participação eleitoral decorre de um descontentamento político dos cidadãos face a um Estado de tipo “autista” e a um sistema de partidos, que, em vez de procurarem responder às demandas dos cidadãos e de desenvolverem com eles uma relação política de “accountability, se concentram na promoção de uma agenda desenvolvimentista e na gestão das relações com os doadores²⁷.

As eleições no país decorrem, de acordo com J. Pereira, num contexto de elevados níveis de pobreza, de desemprego e descontentamento económico. De acordo com o autor, o país é um dos mais pobres do mundo. O rendimento anual *per capita* é de 270 USD e 54% da população encontra-se abaixo da linha da pobreza nacional. A taxa de analfabetismo entre os adultos é de 53,6%; a taxa de mortalidade infantil é de 152/1000 e a esperança de vida ao nascer é de 41.8 anos²⁸.

O país é o 168^o dos 177 países incluídos no índice de desenvolvimento humano do PNUD, o que o torna o país com menor nível desenvolvimento da África Austral. Apesar dos avanços consideráveis na redução da pobreza absoluta de 69% em 1996/97 para 54% em 2002/03, as condições de vida de muitos moçambicanos nas áreas rurais e urbanas permanecem muito difíceis²⁹.

Contudo, segundo J. Pereira, o partido no poder, que tem vindo a ganhar eleições consecutivas tem defendido, durante as campanhas eleitorais, um programa do qual se destacam a criação de novos

²⁵ B. MAZULA, “Voto e Urna de Costas Voltadas...” op. cit.: 25-28.

²⁶ L. BRITO, “A Democracia à Prova das Urnas...”, op.cit.: p.1.

²⁷ Idem: p. 11.

²⁸ J. PEREIRA, “Antes o ‘Diabo’ Conhecido, do que um ‘Anjo’ Desconhecido: as Limitações do Voto Económico na Reeleição do Partido FRELIMO”, *Análise Social*, vol. XLIII (2^o).

²⁹ Idem.

postos de trabalho, o combate à pobreza, a melhoria dos sistemas de educação e saúde e o combate a criminalidade e corrupção. Todavia, muitas destas promessas ficaram por cumprir³⁰.

Por isso, o crescimento da abstenção eleitoral pode ser em consequência da frustração da população em relação às promessas e expectativas das eleições anteriores que não foram cumpridas³¹.

Com base no problema descrito formula-se a seguinte questão de partida:

Quais são os factores que explicam o crescimento da abstenção eleitoral no Distrito de Namapa?

A escolha deste tema justifica-se pelo facto de a abstenção eleitoral ser um fenómeno que, a cada eleição, ganha corpo e significância no país. Uma grande parte dos potenciais eleitores moçambicanos abre mão do seu direito de votar e não se dirige às urnas para escolher os seus dirigentes e representantes.

Contudo, o fenómeno ganha mais importância no processo eleitoral moçambicano quando se verifica que nas eleições de 2004, a abstenção foi maior que os votos obtidos pelo partido vencedor. Em 2004 a FRELIMO obteve 56% dos expressos e uma abstenção de 64%³².

A pesquisa será feita no distrito de Namapa. Este local se torna relevante para o estudo porque, por um lado, a abstenção registou nas eleições legislativas de 2004 a maior taxa no país (84.2%), tendo a participação eleitoral girado em torno de um sexto dos eleitores, afastando-se da média da província de

³⁰ Idem.

³¹ B. MAZULA, “Voto e Urna de Costas Voltadas...” op. cit.: 25-28

³² L. BRITO, “A Democracia à Prova das Urnas...”, op. cit.: p. 11.

Nampula (que foi de 72.2%) e do país (que foi de 64%). E, por outro lado, não ter sido realizado neste distrito, até então, nenhum estudo sobre abstenção eleitoral.

Portanto, este trabalho tem como objectivo geral compreender os principais factores que influenciam o crescimento da abstenção eleitoral no distrito de Namapa. Especificamente vai identificar os principais factores da abstenção eleitoral; explicar como estes factores podem contribuir para o seu crescimento e sua implicação no contexto político local.

É nesta perspectiva que se coloca a seguinte hipótese: o crescimento da abstenção no distrito de Namapa é influenciado pelas condições económicas da maioria da população associada à incapacidade do governo em responder às suas necessidades.

1.2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

Para a materialização desta pesquisa foram privilegiadas as seguintes teorias explicativas da problemática da abstenção eleitoral: a teoria sociológica, a teoria racionalista ou modelo económico e a teoria institucionalista.

A primeira teoria explica a abstenção eleitoral através da posição que os indivíduos ocupam na sociedade dos sistemas de valores associados e da acção socializadora e mobilizadora das organizações sociais e políticas respectivas³³. Deste modo, conforme F. Subileau, o abstencionismo seria um fenómeno resultado de uma fraca integração na sociedade política ligada a uma fraca inserção social³⁴.

A segunda teoria tem, segundo J. Buchanana & G. Tulloch, citados por D. Rosário, como fundamento, os cálculos estratégicos dos actores e como objecto principal a exploração da racionalidade económica e mais precisamente a relação funcional entre as orientações do voto e a conjuntura económica. Nesta teoria, o actor é racional e calcula o custo e a probabilidade que o seu voto tem de afectar o resultado entre as alternativas existentes. Porém, ela supõe que os indivíduos são racionais e têm capacidade emocional e tempo necessário para escolher o melhor percurso de acção, pouco importa a complexidade da escolha³⁵.

Segundo Borba, os pressupostos da teoria da escolha racional à decisão eleitoral encontra aplicação pioneira na obra de Anthony Downs. Apoiando-se nesse autor, refere que a decisão entre ir votar e se

³³ D. GAXIE (dir.), *Explication Du Vote*, Paris, Presses de la FNSP, 1989: p. 21-22.

³⁴ F. SUBILEAU & M. TOINET, “L’Abstencionisme en France et Aux États-Unis: Méthodes et Interprétations”:175-198, In D. GAXIE, (dir.), *Explication du Vote*, Paris, Presses de le FNSP, 1989.

³⁵ D. ROSÁRIO, *Les Mairies des “ autres” : Une Analyse Politique, Sócio-Histórique et Culturalle des Trajectoir Locales, Le Cas D’Angoche, de l’Ile de Mozambique et de Nacala Porto*, Thèse pour le Doctorat en Science Politique, IEP, Bourdoux, 2009: p. 13.

abster é medida por um cálculo feito pelo eleitor. No caso, se os benefícios esperados pelo voto forem maiores que seus custos ele vota, caso contrário, se abstém³⁶.

Esta teoria é sustentada ainda por R. Dalh, citado por E. Carmo. Segundo R. Dalh, o indivíduo participa mais ou menos na vida política de sua sociedade, de acordo com o que espera dessa participação. Assim, quando ele atribui um valor reduzido à recompensa que espera receber, sua participação também é reduzida. Ainda segundo o autor, os indivíduos também despertam menos interesse, quando acreditam que sua acção não é importante ou seu conhecimento é bastante limitado, incapacitando-o do poder de escolha³⁷. Nos modelos económicos, o sucesso ou falha dos partidos são definidos pela avaliação das questões económicas e das performances governamentais antes das eleições³⁸. Todavia, estamos perante dois modos de avaliação: um, do modelo retrospectivo elaborado por O. Key e o outro, do modelo prospectivo elaborado por Ch. Achen³⁹.

No modelo retrospectivo, os eleitores maximizam sua função de utilidade eleitoral em relação à percepção que têm sobre as performances económicas recentes da equipa no governo. Conforme a escolha dos eleitores, é baseada sobre o cumprimento das promessas passadas, do que sobre proposições futuras.⁴⁰

No modelo prospectivo, as escolhas dos eleitores baseam-se no futuro, e privilegiam as promessas e programas apresentados pelos candidatos. Os eleitores sacrificam suas arbitragens imediatas e se pronunciam pelos candidatos cujas prioridades macro-económicas optimizam seus fluxos de utilidade⁴¹.

Deste modo, para cada uma destas opções, duas versões são encaradas: por um lado, os eleitores reagirão em função de suas condições pessoais ou do estado das suas finanças domésticas (voto

³⁶ L. BORBA, “As Bases Sociais e Atitudinais da Alienação Eleitoral no Brasil...”, op. cit: p.136.

³⁷ E. CARMO, *Participação do Eleitor nos Municípios Pernambucanos*: p. 1-22.

³⁸ D. ROSÁRIO, “Les Mairies des autres...”, op. cit.: p. 14.

³⁹ Idem: p. 15.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem.

egocêntrico); e por outro lado, são as avaliações da situação económica do país inteiro que importariam (voto sociotrópico)⁴².

A terceira teoria é a institucionalista. Ela parte do pressuposto de que os factores político-institucionais definem a situação na qual o eleitor, movido pelos próprios interesses, toma suas decisões. De outro modo, dadas certas condições institucionais, o eleitor identifica os meios mais eficazes para a obtenção dos seus fins e decide assim se vota ou não⁴³.

Contudo, existe dentro dela duas interpretações relativamente à abstenção eleitoral: dum lado, encontram-se os que defendem que certos níveis de abstenção eleitoral são sinais de um bom funcionamento do sistema político, porém, não especificam quais níveis e, do outro lado, com o qual este trabalho se identifica, encontram-se os que defendem que a abstenção eleitoral é resultado de um disfuncionamento do sistema político, podendo significar desde um déficit de legitimidade do regime até sinais de desagregação social⁴⁴.

Os defensores desta teoria partem da classificação proposta por David Easton⁴⁵. Para o autor, o sistema político é compreendido como um sistema de distribuição autoritária de valores. Sendo assim, o mesmo funcionaria como uma caixa negra produtora de decisões e de acções (outputs), que teria entradas como inputs, tanto as exigências (demands) como os apoios (support)⁴⁶.

O apoio pode ser tanto específico como difuso e as exigências seriam as necessidades sociais, reflectindo na insatisfação de certos membros da sociedade. Os outputs constituiriam a distribuição

⁴² M. ENGUELENGUELE, “ *Le Paradigma Économique e L’analyse Electorale Africaniste: Pistes D’enrichissement ou Source de Nouvelles Impasses?*” 2004: p. 23-24.

⁴³ L. BORBA, “As Bases Sociais e Atitudinais da Alienação Eleitoral no Brasil...”, op. cit.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ A. FREIRE, “Desempenho da Democracia e Reformas Políticas”, *Sociologia, Problemas e Prática*, nº 3, 2003: p. 133-7160.

⁴⁶ A. HEIWOOD, *Politics*. Palgrave. 2002: p.91.

autoritária dos valores, pelos quais o sistema diminuiria o peso das exigências que lhes são dirigidas ou maximizaria os apoios de que dispõe⁴⁷.

Assim, os autores propõem uma classificação em cinco tipos de atitudes dos cidadãos perante o sistema político. A primeira atitude corresponde ao apoio dos cidadãos à comunidade política, que se refere à adesão fundamental dos cidadãos ao Estado, para além das instituições específicas do seu governo, e uma disposição geral para cooperar (politicamente) com a comunidade⁴⁸.

A segunda atitude é o apoio aos princípios nucleares do regime político, que diz respeito à adesão dos cidadãos aos valores básicos da democracia, ou seja, a definição ideal da democracia. Estes princípios básicos referem-se à liberdade, à participação, à tolerância, ao respeito pelos direitos institucionais-legais e ao império da lei⁴⁹.

A terceira é a atitude dos cidadãos em relação ao desempenho do sistema, geralmente auferido nas sociedades democráticas pela questão sobre a “satisfação com o funcionamento da democracia”⁵⁰.

A quarta dimensão a considerar, diz respeito às respectivas atitudes perante as instituições

(governo, o parlamento, os partidos políticos, os tribunais/sistema judicial, administração pública, a polícia, etc)⁵¹.

Todavia, os estudos sobre as atitudes dos cidadãos face às instituições, pretendem geralmente centrar-se nas instituições *per se*, independentemente dos titulares que a cada momento as dirigem ou dão

⁴⁷ Idem: p. 92

⁴⁸ A. FREIRE, “Desempenho da Democracia e Reformas Políticas...”, op. cit.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Idem.

corpo. Mas, na prática, as avaliações que os cidadãos fazem dependem, em larga medida, das avaliações dos seus titulares e do respectivo desempenho⁵².

A última dimensão na análise do apoio dos cidadãos face ao sistema político é o apoio aos actores políticos. É aquele que se refere mais directa e precisamente ao apoio específico aos titulares do poder político em cada momento (líderes políticos e partidários, membros do governo, do parlamento)⁵³.

A relação entre o cidadão e o Estado é vista a dois níveis, o dos processos e o das estruturas. O nível mais baixo diz respeito aos processos, onde a relação entre o Estado e os cidadãos é vista como estando dependente da maior ou menor capacidade de resposta dos agentes políticos, face aos anseios e necessidades dos cidadãos. O que se espera é que os agentes especializados satisfaçam as necessidades e expectativas dos cidadãos⁵⁴.

A relação entre os cidadãos e o Estado à nível das estruturas do governo, diz respeito à medida que os cidadãos percebem aquelas estruturas como adequadas aos valores e normas geralmente aceites e como mecanismos adequados para assegurar a congruência das respostas dos agentes políticos⁵⁵.

Na literatura moçambicana, pouco foi estudado sobre o fenómeno da abstenção eleitoral. Somente dois estudos foram publicados: O primeiro, desenvolvido por C. Serra, relativo a este respeito, as eleições autárquicas de 1998 cuja taxa de abstenção foi de 85%, o que sublinha a influência jogada pelas campanhas eleitorais na abstenção eleitoral: as chamadas influências contraditórias.

Para este autor, a elevada taxa de abstenção nas eleições autárquicas de 1998 deveu-se a existência de influências contraditórias ocorridas durante a campanha eleitoral. As influências contraditórias teriam

⁵² Idem.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Idem.

tido o “efeito de Medeia” e/ou de “duplo constrangimento” nos eleitores. De um lado, estava a FRELIMO a pedir para que as pessoas votassem e de outro lado, estava a RENAMO e outros partidos a pedir que não votassem. Daí que os cidadãos viram-se constrangidos pelas duas mensagens, tendo optado por fugir da pressão, não votando⁵⁶.

O segundo estudo foi desenvolvido por B. Mazula. Neste estudo, o autor levanta algumas hipóteses para responder a abstenção eleitoral, das quais podemos destacar cinco: a primeira, é a abstenção consciente. A abstenção seria um “cartão amarelo” para os partidos políticos. Neste sentido, a apatia dos eleitores seria uma silenciosa, mas consciente, crítica ao partido no poder e a recusa das declarações da oposição no sentido de que, com ela, as coisas poderiam melhorar⁵⁷.

A segunda hipótese seria a irrelevância das eleições diante dos assuntos de “pão e manteiga”: existe a asserção prevalecente na gente “simples” de que as eleições e, muito particularmente, as campanhas têm pouco a ver com os desafios e batalhas da vida quotidiana, sobretudo em contextos de pobreza e pronunciadas desigualdades sociais⁵⁸.

A terceira, seria a pouca relevância do modelo de democracia eleitoral. Esta hipótese aponta para o facto de algumas escolas de pensamento explicarem o elevado grau de abstenção através de limitada relevância do modelo formal da democracia eleitoral institucionalizada. Apologistas desta escola afirmam que este modelo não só é extremamente caro, como também, não corresponde sequer às necessidades da maioria dos moçambicanos⁵⁹.

A quarta hipótese, segundo Mazula, são os processos eleitorais: qualidade de desempenho e a observação eleitoral. A quinta e última diz respeito à fragilidade dos órgãos da administração eleitoral⁶⁰.

⁵⁶ C. SERRA, *O Eleitorado Incapturável*, Maputo, Livraria Universitária, 1999: p. 47-57.

⁵⁷ B. MAZULA, “Voto e Urna de Costas Voltadas...”, op. cit.: p. 121-122.

⁵⁸ Idem: p. 122-123.

⁵⁹ Idem: p. 123-124.

⁶⁰ Idem: p. 127-128.

Contudo, apesar de existirem várias teorias e trabalhos sobre abstenção eleitoral, a pesquisa fundamentar-se-a na teoria da escolha racional, na teoria institucionalista e nas hipóteses levantadas por Mazula. Elas complementam-se e constituem, para o estudo, a melhor orientação teórica para responder ao problema levantado e as hipóteses.

Deste modo é necessário clarificar alguns conceitos tais como a *abstenção eleitoral e a participação eleitoral*.

Conforme P. Braud, a *abstenção eleitoral* existe no meio de duas variantes: a primeira é uma abstenção reveladora de uma medíocre inserção social e a segunda concerne, ao contrário, às pessoas interessadas pela política, informadas e atentas. Neste caso, a abstenção é a recusa, pelos cidadãos, de escolher dentre as condições de oferta eleitoral tal como se apresentam à eles, isto é, é o acto de negar ou se eximir de fazer opções políticas. Neste caso, os cidadãos estimam não encontrar a possibilidade de exprimir adequadamente suas preferências⁶¹.

Segundo G. Totemeyer, os eleitores recusam-se a votar motivados por um desinteresse geral em relação à política, ou em relação a todo o processo eleitoral. É uma forma de expressar sua indiferença em relação à vida política de sua sociedade ou sua descrença nos políticos e nas instituições⁶². Por isso, os abstencionistas não constituem uma população à parte, sem relação com os eleitores que participam nos escrutínios. Deste modo, a abstenção eleitoral é uma forma passiva de participação política⁶³.

L. Brito chama a atenção ao problema de definição e faz uma distinção entre a abstenção oficial que é tecnicamente calculada e a abstenção real. A abstenção oficial tal como ela é tecnicamente calculada é feita subtraindo os números de votos expressos do total de eleitores inscritos nos cadernos eleitorais. Deste modo, segundo o autor, ela não cobre a totalidade que o fenómeno de exclusão realmente

⁶¹ P. BRAUDEL, *Sociologie Politique*, 5^e édition, Paris, 2000: p. 361-362.

⁶² G. TOTEMEYER, “Sistema Eleitoral Namibiano para as Eleições Locais, Regionais e da Assembleia Nacional, com Referência Especial à Baixa Participação do Eleitorado Durante as Eleições Locais de 1998...”, op. cit.

⁶³ P. BRAUDEL, “Sociologie Politique...”, op. cit.

exprime. Isto porque, como a inscrição nas listas eleitorais não é obrigatória e a falta de registo não implica sanções, existe sempre um número de potenciais eleitores que não são contados⁶⁴.

Portanto, aquilo que se deveria designar como abstenção real tende a ser superior ao que é estabelecido nos cálculos oficiais. Deste modo, a abstenção real seria calculada subtraindo o número dos votos expressos do número dos potenciais eleitores. E além da abstenção não registada há que considerar também os votos em branco e os votos nulos, que não são diferentes na sua natureza da abstenção e da não inscrição⁶⁵.

A pesquisa basear-se-a na abstenção tecnicamente calculada que é a possível e feita em Moçambique, pois a abstenção real se torna de difícil cálculo.

A participação eleitoral é uma modalidade da participação política. M. Nogueira considera-a como sendo a participação política de facto, dado que ela não visa apenas à defesa de interesses particulares, mas interfere directamente na governação e tem efeitos que dizem respeito a toda a colectividade. Há nela, uma consciência mais clara do poder político e das possibilidades de direccioná-lo ou de reorganizá-lo. A participação eleitoral é expressa através do voto. O cidadão, aqui, está muito mais incorporado e maduro, afirmando-se não apenas em relação a si próprio (direitos individuais, civis) mas também em relação aos outros (direitos políticos)⁶⁶.

⁶⁴ L. BRITO, “Comportamento Eleitoral nas Primeiras Eleições Multipartidárias em Moçambique...”, op. cit.

⁶⁵ Idem: p. 478.

⁶⁶ M. NOGUEIRA, *Um Estado para a Sociedade Civil: Temas Éticos e Políticos da Gestão Democrática*, 2ª edição, Cortez, 2005.

1.3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Em termos metodológicos, a pesquisa consistiu na combinação de alguns métodos. O trabalho é um estudo de caso, pois pretende compreender os factores que contribuem para o crescimento da abstenção no distrito de Namapa.

A pesquisa foi desenvolvida em duas fases: a primeira foi a pesquisa bibliográfica e documental efectuada em diferentes bibliotecas públicas e particulares da Cidade de Maputo, nomeadamente: a biblioteca Brazão Mazula da Universidade Eduardo Mondlane; biblioteca Nacional; biblioteca da Assembleia da República de Moçambique; biblioteca da Universidade Politécnica e a biblioteca Martin Luther King Júnior. Foram consultados livros, artigos que versam sobre a abstenção e participação eleitoral. As leis e documentos oficiais como a Constituição da República, foram usados como complemento às informações obtidas pela pesquisa bibliográfica. Elas permitiram identificar o problema a tratar e a abordagem teórica que guiou o trabalho.

A segunda fase foi a da recolha dos dados empíricos qualitativos no terreno através de entrevistas semi-estruturadas. Esta técnica ajudou a abordar com maior profundidade o assunto tratado, de forma a compreender a motivação e pontos de vista das pessoas entrevistadas. As entrevistas foram feitas em duas categorias de pessoas: 1) indivíduos que em 1999 teriam 18 anos e mais; e 2) indivíduos que só em 2004 teriam idade para votar.

Deste modo, o universo da população é constituído por aqueles indivíduos com idade de votar e que tenham feito o recenseamento eleitoral. A delimitação da amostra foi por acessibilidade, pois seleccionou-se os elementos a que se teve acesso. Todavia, entrevistou-se indivíduos que tinham 29 anos em e indivíduos que tinha 24 anos. Neste âmbito foram feitas 75 entrevistas.

1.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A compreensão do crescimento da abstenção, tomando como informação de referência os dados recolhidos através de entrevistas, é uma empreitada significativamente condicionada. Portanto, é preciso balizar os limites dentro dos quais o presente trabalho foi elaborado.

Um primeiro elemento prende-se com o facto de aqueles que se abstêm nas eleições tenderem, por diversos motivos, a não declarar que se abstiveram e a estarem menos dispostos a corresponder à solicitação do entrevistador. Por isso, a captação deste tipo de população suscita alguns problemas, no sentido que as amostras conseguidas tendem a registar uma proporção de abstencionistas muito inferior à realmente verificada. Todavia, assim como os cidadãos, por diversos motivos, os partidos da oposição e as Organizações Não Governamentais não se mostraram dispostos a colaborar para as entrevistas. Neste sentido, aqueles que se mostraram dispostos a colaborar foi mediante a condição de não se identificarem.

Um outro elemento é o intervalo entre a realização da pesquisa e as eleições em estudo, que é de 10 anos em relação ao processo eleitoral de 1999 e de 6 anos em relação ao processo eleitoral de 2004.

Contudo, antes de analisar empiricamente o fenómeno da abstenção eleitoral, a descrição das condições sócio-político e económica do objecto de estudo torna-se fundamental.

2 RESULTADOS

2.1 Caracterização do Distrito de Namapa

2.1.1 Aspectos político-histórico

O distrito de Érati está situado no norte da província de Nampula. Com uma superfície geográfica de 5.751 km² e uma população estimada em 252.506, tem actualmente, como limites a norte, a províncias de Cabo Delgado através do rio Lúrio; a sul o distrito de Nacarôa através do rio Mecubúri; a este, o distrito de Momba e a oeste os distritos de Mecubúri e Muecate⁶⁷.

Um dos principais acontecimentos político-histórico do distrito de Namapa, teve início quando se edificou em todo o país as chamadas “aldeias comunais”. Esta estratégia de desenvolvimento levada a cabo, pelo partido FRELIMO após a independência e que teve consequências nefastas no seio dos grupos sociais mais, concretamente, no seio da população de Namapa. A estratégia não teve em conta a diversidade e heterogeneidade concretas e sociais⁶⁸.

Sendo assim, foi uma estratégia levada a cabo em ruptura e conflito aberto com os elementos política e socialmente respeitados a nível local pelas populações e por elas investidos de uma autoridade reconhecida. Neste sentido, a adopção desta estratégia, foi causa de conflito entre o Estado aldeão da FRELIMO e as populações rurais e levando a dissidência de uma parte delas. Foi assim, que alguns dos notáveis da região fugiram das aldeias e do controlo da administração, arrastando consigo parte da

⁶⁷ República de Moçambique. *Perfil do Distrito de Erati, província de Nampula*. Ministério da Administração Estatal. 2005.

⁶⁸ C. GEFFRAY, *A Causa das Armas. Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*, Edições Afrontamento, Porto, 1991: p. 15-17.

população e, mais tarde, com a chegada da RENAMO em 1984, voltaram à aldeia armados de catanas e dispostos a lavar a afronta de que tinham sido vítimas⁶⁹.

È de salientar que, em 1987 o distrito de Namapa foi subdividido em dois distritos: Namapa e Eráti. A designação “Eráti” foi atribuída à parte sul do anterior distrito (ex-posto Nacaróa, actualmente distrito de Nacaróa), onde vive a população Macuane. No passado, os Macuane foram os mais ferozes inimigos do povo Eráti que, por sua vez, ocupa o norte do distrito, actualmente designado Namapa⁷⁰.

Concretamente nos distritos de Namapa e Eráti, foram as populações ditas “Macuane” que seguiram seus chefes na dissidência, enquanto as populações que povoam a zona norte da região e que se reconhecem historicamente de origem, Eráti, continuaram massivamente fiéis à FRELIMO⁷¹.

Tabela 2. Distribuição dos Resultados Eleitorais pelos Principais Partidos Políticos Concorrentes no Distrito de Namapa.

A partir dos resultados das eleições gerais de 1994, 1999 e 2004, de seguida, procura-se mostrar a influência dos principais concorrentes (FRELIMO E RENAMO) na área política.

Ano	Votos válidos	FRELIMO		RENAMO	
		Votos	%	Votos	%
1994 ^{*1}	73004	23936	32.78	24800	33.97
1999 ^{*2}	46967	24064	51.23	11533	24.55
2004 ^{*3}	18290	9758	53.35	5260	28.75

⁶⁹ C. GEFFRAY, “A Causa das Armas...”, op. cit.: p. 17-22.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Idem.

*1 B.MAZULA, Eleições Gerais de 1994.

*2 STAE, Eleições Gerais de 1999, Elo Gráfico, Maputo, 1999.

*3 STAE, Eleições Gerais de 2004, Elo Gráfico, Maputo, 2006.

Como se pode verificar na tabela acima, sobre a distribuição dos resultados eleitorais no distrito de Namapa, em 1994 a FRELIMO conseguiu 32.7% dos votos válidos e a RENAMO conseguiu 33.9% dos votos, tendo esta, deste modo, conseguido maior percentagem. Em 1999, a FRELIMO obteve 51.2% dos votos válidos e a RENAMO obteve 24.5%, perdendo 8% dos seus votos em relação a 1994. Em 2004 a FRELIMO obteve 53.3% dos votos válidos e a RENAMO obteve 28.7% dos votos.

2.1.2 Aspectos sócio-económicos

A agricultura é a actividade dominante da população, envolve quase todos agregados familiares é praticada manualmente em pequenas explorações familiares. O grande fornecedor de produtos agrícola é o sector familiar⁷².

O distrito tem uma população activa de 253 mil habitantes, dos quais 131 do sexo feminino, sendo 2% das famílias do tipo monoparental chefiadas por mulheres. Tendo a língua dominante Emakua, só 6% das mulheres têm conhecimento da língua portuguesa. A taxa de analfabetismo na população feminina é de 96%, sendo 78% no caso dos homens⁷³.

A estrutura etária da população reflete uma relação de dependência económica aproximadamente de 1:1.2, isto é, por cada crianças ou anciões existem 12 pessoas em idade activa. De um total de 252 mil habitantes, 142 mil estão em idade de trabalhar (15 a 64 anos). Excluindo os que procuram emprego

⁷²República de Moçambique, “Perfil do Distrito de Erati...”, op. cit.

⁷³ Idem.

pela 1ª vez, a população economicamente activa é de 126 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 11%⁷⁴.

Da população activa, 98% são trabalhadores familiares ou por conta própria, na maioria mulheres. A percentagem de assalariados é somente de 2% da população activa, sendo de forma inversa dominada por homens⁷⁵.

Com um nível médio mensal de receitas familiares de 63% em espécie, derivados do autoconsumo e da renda imputada pela posse de habitação própria, a população do distrito apresenta um padrão de consumo concentrado nos produtos alimentares (66%) e nos serviços de habitação, água, energia e combustíveis (16%). Com uma variância significativa, a distribuição da receita familiar está concentrada nas classes baixas, com quase 60% dos agregados na faixa de rendimentos mensais inferiores a 1.500 contos. O distrito tem sido alvo de calamidade naturais que afectam a vida social e económica da comunidade⁷⁶.

O tipo de habitação modal do distrito é a palhota com pavimento de terra batida, tecto de capim ou colmo e paredes de caniço e paus. Em relação a outras utilidades o padrão dominante é o de famílias, sem rádio e electricidade, dispondo de bicicletas em cada dez famílias, e vivendo em palhotas sem latrinas e água colhida directamente em poços e furos ou nos rios e lagos⁷⁷.

A religião dominante é a muçulmana praticada pela maioria da população do distrito⁷⁸.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Idem.

2.1.3 Órgãos de Serviços

O governo local funciona com quatro serviços distritais, nomeadamente serviço distrital de planeamento e infraestrutura, serviço distrital de educação juventude e tecnologia, serviço distrital de actividades económicas e serviço distrital de saúde, mulher e acção social. Para além destes serviços o governo distrital funciona em coordenação com o gabinete do administrador do distrito e a secretaria distrital. Entretanto, funcionam no distrito outras instituições públicas como são o caso da Conservatória do Registo Civil e Notariado, Comando da PRM, Tribunal Judicial, Cadeia Distrital assim como Serviços de Inteligência e Serviços Secretos do Estado (SISE)⁷⁹.

2.2 Porquê os Eleitores se Abstêm em Namapa?

Esta parte do trabalho deter-se-à na compreensão dos factores que influenciam o crescimento da abstenção eleitoral no distrito de Namapa, baseando-se naquilo que se colheu das entrevistas, à luz do quadro teórico escolhido.

A Importância do Voto e da Democracia

De acordo com as informações colhidas nas entrevistas aos membros dos órgãos da administração eleitoral, em termos institucionais, não se tem verificado obstáculos na sensibilização da população, pois o processo de educação cívica tem se realizado, segundo eles, com sucesso. Porém, o facto é que no dia de votação as pessoas, de facto não se dirigem às urnas.

Para esses entrevistados as altas taxas de abstenção, que se verificam nas eleições, ocorrem porque as pessoas não sabem da importância do voto e da própria democracia. Segundo eles:

⁷⁹ Idem.

“Vários cidadãos dirigem-se aos postos de recenseamento com objectivo de adquirir o cartão de eleitor porque posteriormente lhes servirá de documento de identidade devido aos custos que estes acaretam”⁸⁰.

Consequentemente, para eles, a educação cívica devia ser um processo contínuo e não somente no período das eleições.

Baseando-se na teoria institucionalista, esse ponto faz emergir a questão do apoio dos cidadãos aos princípios nucleares do regime político, nomeadamente a adesão aos valores básicos da democracia, no caso concreto ao princípio da participação. Deste modo, a democracia necessita do apoio da população, o que viria de um compromisso entre os políticos e a mesma população de que o regime é o melhor para todos.

Esta questão refere-se ao que se colheu dos entrevistados sobre o grau de satisfação com o funcionamento da democracia e em relação ao sistema de governação ser ou não o melhor. Assim, foi possível apurar que devido, principalmente, ao elevado nível de pobreza e a grande exclusão social, é que a democracia se tornou num governo de “uns” e para “alguns”. Aparece aqui a questão do funcionamento do sistema político e sua relação com as expectativas dos cidadãos, nomeadamente, o facto de ser ou não representativo e ao funcionamento das suas instituições.

Desde modo, os entrevistados, mostraram-se muito reticentes perante o funcionamento das suas instituições e neste caso, dos órgãos da administração eleitoral. Estes órgãos são vistos por uma parte dos entrevistados como imparciais, não transparentes e partidários. Este aspecto pode levar alguma

⁸⁰ Anónimo, entrevista realizada em Namapa-sede, no dia 12/04/2010.

camada do eleitorado a não se dirigir às urnas. Por este motivo obteve-se respostas como por exemplo: *“votar porquê se sabemos quem vai ganhar”*⁸¹.

O Apartidarismo

Nas entrevistas com as autoridades comunitárias (os chefes tradicionais, os líderes religiosos e os chefes dos bairros) perguntou-se se têm mobilizado a população para a votação, e de que maneira é feita a mobilização, ao que responderam o seguinte: a mobilização é feita no período das eleições, os líderes religiosos andam de mesquita em mesquita a sensibilizar a comunidade e por sua vez, os régulos andam pelas comunidades.

Quando se questionou se muita gente no distrito vota ou não, foram unânimes em afirmar que sim, mas que também existem muitos apartidários, esses, segundo eles, não votam.

Nesta questão podemos nos apoiar na teoria institucionalista. Ela põe em causa o trabalho das instituições públicas ligadas aos processos eleitorais, pois o facto de existirem muitos apartidários no distrito pode ser devido à fraca mobilização dos órgãos responsáveis pelos processos eleitorais, e à incapacidade dos agentes políticos de arrastarem consigo as massas populacionais.

Mais uma vez emerge aqui a questão ligada àquilo que é a adesão dos cidadãos aos princípios básicos da democracia e às suas atitudes perante os partidos políticos.

Perguntou-se quais as principais dificuldades que a população do distrito enfrenta, em resposta eles nomearam a falta de água, fome, falta de escolas, hospitais e estradas. Assim, desde as primeiras eleições até hoje, as vias de acesso estão a melhorar, há mais escolas e hospitais.

⁸¹ Anónimo, entrevista realizada no Posto Administrativo de Namapa, no dia 2/04/2010.

Para os líderes religiosos e os chefes tradicionais, o governo tem um desempenho positivo e tem cumprido com as promessas que tem feito nas eleições.

A Falta de Tempo

Questionou-se aos cidadãos do distrito sobre as razões que os levaram a não votar e alguns entrevistados afirmaram que não foram votar porque não tiveram tempo.

Com efeito, as dificuldades do dia à dia fazem com que muita gente priorize as suas actividades diárias, como ir à machamba, ao invés de se dirigem às urnas. Grande parte dos entrevistados dedicam-se ao trabalho agrícola, assim as rendas são diárias e em géneros alimentícios. Deste modo, as pessoas fazem cálculos de ganhos e perdas e optam pelas suas actividades diárias, que são remunerativas.

Aliás, como lembra Y. Déloye, citado por D. Rosário, o tipo de escrutínio, (nacional, regional ou local) os eleitores e as configurações locais são determinantes para o acto do voto. O escrutínio pode ganhar em autonomia relativamente às relações sociais quotidianas, que são mais ou menos perturbadas pelo aspecto (apresentação) do acto de voto. Assim, segundo o autor, ir às urnas pode representar para os eleitores um custo que lhes convem tomar em consideração para analisar a abstenção. Não tanto porque o eleitor efectua um cálculo de utilidade comparando este custo com as gratificações obtidas, mas porque o cidadão, o eleitor é também um ser social tendo suas próprias lógicas de atitudes e interesses⁸².

⁸²D. ROSÁRIO, “Les Mairies des autres...”, op. cit.: p. 423.

Assim, conforme o grau de interiorização da obrigação moral que pesa sobre o voto e conforme o interesse acordado às questões do escrutínio, o eleitor aceita ou não se deslocar. É o balanço entre o custo prático e as incitações políticas ou morais que determinam o acto de votar⁸³.

A Utilidade do Voto

Uma outra resposta que se colheu foi em jeito de pergunta, como: *“votar para quê?”*⁸⁴. Neste âmbito, pode ser que estes entrevistados não vejam no voto alguma utilidade ou já estejam conformados com a situação que se lhes apresenta.

Quando os eleitores se apercebem que o que eles desejam e almejam não é tomado em conta pelos políticos, a sua vontade em participar, no caso concreto em votar, diminui, pois sentem que seu voto não tem importância alguma. Constatou-se em alguns entrevistados uma certa fadiga em relação ao processo de votação, pois, a cada processo, eles começam a atribuir um valor reduzido ao mesmo, isto devido à deterioração das suas condições de vida. Por exemplo, um dos entrevistados falou nos seguintes termos:

*“...não tive tempo para ir votar porque tinha que ir trabalhar...se eu for votar, quem vai trazer alimentação para as crianças?”*⁸⁵

Entretanto, perguntamos aos entrevistados sobre a importância do voto e muitos responderam, que este possibilita a escolha de um partido para governar. Um deles se referiu nos seguintes termos:

⁸³ Idem.

⁸⁴ Anónimo, entrevista realizada no Posto Administrativo de Alua, no dia 6 /04/2010.

⁸⁵ Anónimo, entrevista realizada no Posto Administrativo de Namirôa, no dia 9/04/2010.

“para mim votar é importante porque como todos gostam do poder, assim nós damos a um só que vai nos governar e assim evitamos que muitos lutem para mandar, porque quando eles lutam, o povo é que sofre”⁸⁶.

Neste sentido, para estes eleitores, o voto é importante porque evita conflitos. Portanto, num período de paz, os mesmos não se sentiriam muito motivados em se dirigir às urnas. Contudo verificou-se que é essa mesma paz que serve ainda de consolo a alguns.

O Igoísmo dos Políticos

Para outros entrevistados a razão para não votarem radica no facto de considerarem os políticos egoístas. Para estes, os políticos só se lembram do povo no período das eleições, depois, faltam sempre com seus compromissos. Segundo eles: *“Os políticos quando ganham as eleições desaparecem e se esquecem do povo”⁸⁷*. Muitos consideram o período que separa uma eleição da outra longo, pelo que as mesmas deveriam ser de, pelo menos, de três em três anos.

Esta questão está ligada a uma outra referida pelos entrevistados que é o facto de as pessoas que eles votam estarem longe deles. Conforme, eles votariam em pessoas que estão tão longe e muitas das vezes não sabem como eles vivem nem quais as suas dificuldades. Recordando L. Brito, a tendência da participação eleitoral pode decorrer de um descontentamento político dos cidadãos face a um Estado de tipo “autista” e a um sistema de partidos, que, em vez de procurarem responder às demandas dos cidadãos e de desenvolverem com eles uma relação política de “accountability, se concentram na promoção de uma agenda desenvolvimentista e na gestão das relações com os doadores⁸⁸.

⁸⁶ Anónimo, entrevista realizada no Posto Administrativo de Namirôa, no dia 9/04/2010.

⁸⁷ Anónimo, entrevista realizada no Posto Administrativo de Alua, no dia 6/04/2010.

⁸⁸ L. BRITO, “A Democracia à Prova das Urnas...”, op. cit.: p. 11.

Porém a questão é uma crítica ao sistema das listas plurinominais, principalmente numa província como Nampula, que é um dos maiores círculos eleitorais. O facto de os candidatos serem eleitos para o parlamento, via listas plurinominais, torna os pedidos de prestação de contas pelos eleitores, quase nulo. Deste modo, as pessoas prefeririam as listas uninominais, o que permitiria a maior prestação de contas. Esta questão pode, de certeza fazer com que muitos cidadãos do distrito não votem.

As percepções dos cidadãos estão directamente ligadas àquilo que são as acções dos políticos e as aspirações e necessidades dos cidadãos. Depois de várias eleições consecutivas os cidadãos esperam mudanças que nunca mais se operam.

A falta de Clareza nos Programas dos Partidos Políticos

Uma outra questão, que se colheu dos entrevistados, refere-se a falta de clareza nos programas de muitos partidos políticos, na altura das campanhas eleitorais. Segundo os entrevistados, alguns políticos chegam às comunidades prometendo motas e bicicletas a todos os cidadãos. Na perspectiva destes entrevistados, políticos acham que eles são “ignorantes” e não entendem como as coisas funcionam.

Os partidos políticos devem assim, apresentar programas efectivos, claros e coerentes e se apresentarem à população como possíveis alternativas à detenção do poder político. Quando a própria população considera “marginais” os seus programas, a alternância do poder ficará muito a desejar e deste modo ficará em risco o próprio funcionamento do sistema político.

A Falta de Interesse

Outros entrevistados explicaram, que as eleições não despertam neles qualquer interesse e pouco entendem de política. Muitos deles dizem serem camponeses e descendentes de camponeses então, porquê se meterem em assuntos que não entendem nada e não lhes dizem respeito? O facto deste

grupo fazer o recenseamento eleitoral pode se explicar pela necessidade de possuir um documento, dado o facto de o bilhete de identidade requerer certos custos.

Quanto a questão se as eleições trazem ou não mudanças nas vidas das pessoas, os entrevistados divergem nas suas respostas. Deste modo, houve duas tendências nas respostas: os cidadãos que habitam na sede que constitui um posto administrativo responderam que sim, que muita coisa melhorou e se referiram ao facto de o governo estar a cumprir com as promessas que faz no período das eleições, e fizeram uma avaliação da situação da vila. Um deles referiu-se da seguinte maneira:

“A vila de hoje não é a vila de a dez anos atrás. Hoje temos energia, podemos falar ao celular com nossos familiares, podemos viajar bem e fazer compras noutros lugares, o governo está a desenvolver o distrito”⁸⁹.

Portanto, os habitantes dos outros postos administrativos, consideram que as eleições não mudam nada nas suas vidas e o governo não cumpre com as promessas que faz no período das eleições. Fazem uma avaliação de suas próprias condições de vida e, segundo eles, os políticos aparecem no período das eleições em massa a pedir votos e a prometer muita coisa, e depois desaparecem. Os problemas permanecem os mesmos, nas suas casas, bem como na comunidade que habitam. Os problemas que dão maior destaque são a fome e o desemprego. Segundo o testemunho de um dos cidadãos:

“Eles vem e prometem acabar com a fome e com o desemprego mas nada muda. A vida está cada dia mais difícil”⁹⁰.

Esta tendência pode ter dois motivos: primeiro, ao facto de ter se verificado algumas mudanças na vila que é a sede do distrito localizado no posto administrativo de Namapa e, os outros postos administrativos terem de ficar para o segundo plano, principalmente quando se trata do posto

⁸⁹ Anónimo, entrevista realizada em Namapa - sede, no dia 2/04/2010.

⁹⁰ Anónimo, entrevista realizada no Posto Administrativo de Namirôa, no dia 9/04/2010.

administrativo de Namirôa, que dista a 70km da sede, com difícil via de acesso, praticamente isolada. E, um dos grandes exemplos é que até hoje só a vila favoreceu de abastecimento de energia. O segundo, baseando-se no que se colheu das condições político-histórico, é que nos dois postos que situam distantes da vila parte da população que avalia o governo negativamente pode pertencer à RENAMO.

Deste modo, para estes cidadão o desempenho do governo é negativo uma vez que as suas acções não operam mudança significativas nas suas vidas. Grande parte dos nossos entrevistados são agricultores e não têm renda fixa. E, dado ao facto de habitantes serem frequentemente vítimas de calamidades naturais, faz com as pessoas se concentrem na luta pela sobrevivência, procurando alimentação e deixem a política de lado.

Assim, à luz do quadro teórico, nos apoiando na teoria racionalista, a decisão entre votar e se abster é medida pelo cálculo feito pelo eleitor. No caso, se os benefícios esperados pelo voto forem maiores que seus custos, ele votam, caso contrário, se abstém. Neste caso, uma vez que eles consideram que o voto não trás mudanças nas suas vidas e ir votar significa não procurar alimento, eles preferem não e ir votar e ir à machamba.

Ora, de acordo com Blais, citado por D. Rosário, a aplicação estrita da teoria racionalista leva, de facto, a prever que o eleitor racional se abstém, porque a probabilidade que seu voto pessoal tem de fazer a diferença é quase nula⁹¹.

Para além da fome aguda e do desemprego, existe também a componente educação que foi pouco mencionado pelos entrevistados. Grande parte dos nossos entrevistados são analfabetos e não têm acesso a informação. Todavia, a população do distrito enfrenta outros problemas graves como a falta de água, falta de energia e falta de infraestruturas como vias de acesso. Assim, o facto de grande parte da

⁹¹ D. ROSÁRIO, “Les Mairies des autres...”, op. cit.: p. 14.

população ser pobre, ser analfabeta e, não menosprezando também o facto de boa parte dela estar isolada dos centros urbanos podem inibir a sua participação nas eleições.

CONCLUSÕES

A elaboração da presente pesquisa teve como objectivo fundamental compreender os factores que influenciam o crescimento da abstenção eleitoral no distrito de Namapa. Para este efeito, partiu-se da seguinte pergunta de partida: quais são os factores que influenciam o crescimento da abstenção no distrito de Namapa.

A partir dos resultados de pesquisa, à luz do referencial teórico previamente apresentado, foi possível chegar-se as seguintes conclusões:

As condições económicas e o desempenho do governo influenciam o crescimento da abstenção eleitoral no distrito de Namapa. Assim, a abstenção pode ser explicada pelos cálculos de custos e benefícios feitos pelos eleitores, mas isso por si só não basta para explicar este fenómeno, pois destaca-se também a irrelevância do voto, a falta de credibilidade dos partidos políticos e o desinteresse pela política.

Deste modo, os modelos económicos e institucionalistas, explicam o crescimento da abstenção no distrito de Namapa, mas eles por si só não bastam. Por conseguinte deve-se conjugar as condições económicas e as acções do governo ao longo do percurso para a consolidação da democracia com outras teorias, a fim de clarificar as motivações do crescimento da abstenção no distrito de Namapa.

Contudo, o facto de a abstenção atingir níveis tão altos no distrito de Namapa põe em causa o trabalho feito pelas instituições e pelos partidos políticos naquele local. Assim, nesta perspectiva, a não mudança destes (as instituições e os partidos políticos), poderá levar à corrosão da participação eleitoral dos cidadãos naquele distrito.

Referência bibliográfica

AFRIMAP & OPEN SOCIETY INICIATIVE FOR SOUTHERN AFRICA. *Democracia e Participação Política*. Open Society Institute Network. 2009.

BORBA, Julian. *As Bases Sociais e Atitudinais da Alienação Eleitoral no Brasil*. Porto Alegre. 2008. p. 134-157, www.sur.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/6989/4559 (consultado a 3 de Novembro de 2009).

BRAUDEL, Philippe. *Sociologie Politique*. Paris. 5^e édition. 2000.

BRITO, Luís et al. *Formação do Voto e Comportamento Eleitoral dos Moçambicanos em 2004*. Maputo. EISA. Série de textos e documentos. nº1. 2006.

BRITO, Luís. *Comportamento Eleitoral nas Primeiras Eleições Multipartidárias em Moçambique*. In Mazula: *Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo. 1^a edição. Brazão Mazula. 1995.

BRITO, Luís. *A Democracia à prova das Úrnas: Elementos para um Programa de Pesquisa Sobre a Abstenção Eleitoral em Moçambique*. In Conferência Inaugural da IESE. nº 3. 2007. Centro de Conferências das TDM. Desafios para a Investigação Social e Económica em Moçambique. Maputo: 2007.

CARMO, Erasmo. *Participação do Eleitor nos Municípios Pernambucanos*. 2004.

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES. Maputo. 2008.

COROTHER, Thomas. *The End of the Paradigma of Transition*. In Journal of Democracy. 2002.

ENGUELENGUELE, Maurice. “ *Le Paradigma Económico e L'analyse Electorale Africaniste: Pistes D'enrichissement ou Source de Nouvelles Impasses?*”. 2004.

FRANCISCO, António. *Desenvolvimento Comunitário em Moçambique: Contribuição para a sua Compreensão Crítica*. Maputo. Africa-América Institute. 2007.

FREIRE, André. “Desempenho da Democracia e Reformas Políticas”. *Sociologia. Problemas e Prática*. nº 3. 2003.

GEFFRAY, Christian. *A Causa das Armas. Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*. Edições Afrontamento. Porto. 1991.

GAXIE, Daniel (dir.). *Explication Du Vote*. Paris. Presses de la FNSP. 1989.

HEIWOOD, A. *Politics*. Palgrave. 2002.

JAFFRELOT, C. *Démocraties d'Ailleurs: Democraties et Democratisations Hors d'Occident*. Paris. Édition Kartala. 2000.

LALÁ, Anícia, OSTHEIMER, Andrea. *Como Limpar as Nódos do Processo Democrático? Os Desafios da Transição e Democratização em Moçambique (1990-2003)*. Maputo. 2003.

MAZULA, Brazão (dir.). *Voto e Urnas de Costas Voltadas: Abstenção Eleitoral 2004*. Maputo. Livraria Universitária. 2006.

MOÇAMBIQUE. Constituição da República de Moçambique (2004). Imprensa nacional de Moçambique. 2004.

MOSSE, Marcelo A *Participação da Sociedade Civil na Formulação de Políticas Públicas: O Grupo Moçambicano da Dívida e o PARPA*, dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de licenciatura em Administração Pública pela Universidade Eduardo Mondlane, UFCS:

NOGUEIRA, Marcos. *Um Estado para a Sociedade Civil: Temas Éticos e Políticos da Gestão Democrática*. 2^a edição. Cortez, 2005.

PEREIRA, João. *Antes o 'Diabo' Conhecido, do que um 'Anjo' Desconhecido: as Limitações do Voto Económico na Reeleição do Partido Frelimo*. *Análise Social*. vol. XLIII (2^o). 2008.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. *Perfil do Distrito de Erati, província de Nampula*. Ministério da Administração Estatal. 2005.

ROSÁRIO, Domingos. *Les Mairies des "Autres": Une Analyse Politique, Socio-historique et culturelle des Trajectoires Local. Le Cas D'Angoche, de l'île de Mozambique et de Nacala Porto*. Thèse pour le Doctorat en Science Politique. IEP. Bourdoux. 2009.

SERRA, Carlos (dir). *Eleitorado Incapturável*. Maputo. Livraria universitária. 1999.

SOIRI, Lina. *Estudos Eleitorais em Africa. In Conferência Internacional sobre Eleições Autárquicas em Moçambique,1998*. Maputo. *Relatório Final*. Maputo: Obede Baloi & José Macuane, 2000.

Paris.

STAE. Eleições Gerais de 2004. Maputo. Elo Gráfico. 2006.

SUBILEAU, F. & TOINET, M. *L'Abstencionisme en France et Aux États-Unis: Méthodes et Interprétations. In GAXIE, D. Eplication du Vote*. Paris. Presses de le FNSP. 1989.

TOTEMEYER, Gerhard. *Sistema Eleitoral Namibiano para as Eleições Locais, Regionais e da Assembleia Nacional, com Referência Especial à Baixa Participação do Eleitorado Durante as Eleições Locais de 1998*. In Conferência Internacional sobre Eleições Autárquicas em Moçambique,1998, Maputo. *Relatório Final*. Maputo: Obede Baloi & José Macuane, 2000.

TOURAINÉ, Alaine. *O que é democracia*. Lisboa. Instituto Piaget.

VIEGAS, L & FARIA S. *A Abstenção nas Eleições Legislativas de 2002, In conferência Internacional Portugal à Votos I*, 2003, [www.ics. ul. pt/ ceapp/.../ abstencaoeleitoralde2002](http://www.ics.ul.pt/ceapp/.../abstencaoeleitoralde2002) (consultado a 3 de Novembro de 2009).

ANEXOS

ANEXO I: EVOLUÇÃO DA ABSTENÇÃO ELEITORAL POR DISTRITO

Distritos	1994	1999	2004
Angoche	5.8%	37.8%	67.3%
Cidade de Nampula	9.4%	39.0%	74.2%
Ilha de Moçambique	5.6%	39.0%	62.2%
Lalaua	8.0%	38.1%	77.0%
Malema	9.4%	40.2%	77.3%
Meconta	11.1%	36.6%	78.7%
Mecubúri	4.0%	34.6%	79.1%
Memba	7.0%	30.4%	73.3%
Mongicual	14.2%	35.7%	71.0%
Mogovolas	16.1%	40.9%	82.6%
Moma	12.9%	40.3%	78.9%
Monapo	5.3%	26.4%	76.5%
Mossuril	4.6%	17.4%	63.1%
Muecate	7.3%	47.6%	75.1%
Murupula	14.7%	56.6%	78.2%
Namapa	13.6%	56.6%	84.2%
Nacala-a-velha	5.8%	37.6%	62.2%
Nacala Porto	5.3%	47.1%	60.2%
Nacarroa	6.4%	43.2%	68.7%
Nampula Rapele	13.2%	38.2%	83.8%
Ribábué	14.5%	48.2%	75.0%

ANEXO II: GUIÕES DE ENTREVISTA

Grupo alvo: Órgãos de Administração Eleitoral: Comissão Nacional de Eleições (CNE) e o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE).

1. Identificação e função do entrevistado.
2. A quanto tempo vive no distrito?
3. A quanto tempo trabalha neste distrito?
4. Sabe dizer se muita gente vota ou não aqui no distrito?
5. Se não porque?
6. Tem sensibilizado as pessoas para votarem?
7. Quais são as formas de sensibilização?
8. Têm enfrentado dificuldades?
9. Se, sim quais?

Grupo alvo: Autoridades Comunitários: Chefes Tradicionais, Líderes Religiosos, Secretários dos Bairros, Líderes das Organizações dos Bairros e Partidos Políticos

1. Identificação e função do Entrevistado.
2. Fez o recenseamento eleitoral?
3. Votou em 1994? E em 2004?
4. Se não, porquê?
5. Tem mobilizado a população para a votação?
6. Se sim, de que maneira?
7. Sabe dizer se muita gente vota ou não vota no distrito?
8. Se não, vota sabe dizer porquê?
9. Quais são as principais dificuldades que a população do Distrito enfrenta?
10. Desde as primeiras eleições até hoje, algo melhorou no distrito?
11. Se sim, pode dizer em que melhorou?
12. Como avalia o desempenho do governo?
13. O que gostaria de ver melhorado?
14. Acha que o governo tem cumprido com as promessas que fez nas eleições passadas?

Grupo alvo: A população do distrito

1. Sexo
2. Quantos anos têm?
3. É Casado/a, Solteiro/a, ou Viúvo/a?
4. Qual é o nível de escolaridade?
5. Pertence a alguma religião?
6. Qual é a sua profissão?
7. A quanto tempo vive neste Distrito?
7. Fez o recenseamento eleitoral?
5. Votou em 1999? E em 2004?
7. Se não, porquê razão não votou?
8. Sabe dizer se muita gente deste distrito vota ou não aqui no distrito?
9. Se não, sabe explicar porquê?
10. Desde as primeiras eleições até hoje, algo melhorou/mudou na sua vida?
11. Se sim, em que aspectos? Se não, o que gostaria de ver melhorado?
11. E na sua comunidade, algo melhorou?
12. Se sim, em que aspecto?
13. O que gostaria de ver melhorado/ O que gostaria que tivesse melhorado?
13. Quais são as principais dificuldades que a população enfrenta?
14. Como avalia o trabalho do governo aqui no Distrito?
15. Tem cumprido com as promessas que tem nas eleições?

16. Os líderes religiosos, comunitários, políticos e os meios de comunicação mobilizado a população para participar?

18. Se sim, de que maneira?

19. Tem simpatia ou é membro de algum partido?